



<b>Sinótese dos Trabalhos Legislativos - 2024</b>		
<b>Inciso IV do art. 27 do Regimento Interno</b>		
<b>Projetos de Lei enviados para sanção do Governador em 2024.</b>	<b>369</b>	
Leis Ordinarias Sancionadas.	323	
Leis Complementares Sancionadas .	7	
Aguardando sanção ou veto.	28	
Veto Governamental.	1	
Autógrafo restituído.	13	
<b>Proposições promulgadas pela Assembleia Legislativa.</b>	<b>51</b>	
Lei ordinaria promulgada pelo Presidente da Assembleia.	13	
Lei complementar promulgada pelo Presidente da Assembleia.	1	
Decreto Legislativos promulgados pela Assembleia.	10	
Resolução promulgada pela Assembleia.	27	
<b>Vetos rejeitados.</b>	<b>1</b>	
<b>Vetos mantidos.</b>	<b>1</b>	
<b>PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS APRESENTADAS</b>	<b>Total</b>	<b>4012</b>
Projeto de Lei Ordinário	714	
Projeto de Lei Complementar	12	
Projeto de Resolução	30	
Projeto de Decreto Legislativo	12	
Proposta de Emenda a Constituição	3	
Requerimento Legislativo	2874	
Veto	1	
Emenda de Plenário	190	
Emenda (Poderes / Comissões Especiais / Comissões Permanentes)	176	
<b>Redações finais aprovadas</b>	<b>125</b>	
<b>PARECERES APRESENTADOS EM COMISSÕES</b>	<b>Total</b>	<b>1086</b>
Parecer Favoravel	925	
Parecer Contrario	15	
Voto em Separado	35	
Baixa em diligência	111	
<b>Pedido de vista</b>	<b>196</b>	
<b>Retirado de Ofício</b>	<b>128</b>	
<b>PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL DA ASSEMBLEIA (até 29/11/2024)</b>	<b>Total</b>	<b>2810</b>
Emenda Constitucional	1	
Proposta de Emenda a Constituição	2	
Resolução	27	
Decreto Legislativo	10	
Ato do Presidente	5	
Atos da Comissão Executiva	1699	



Portarias da Diretoria de Pessoal - Ofício Circular DP	334	
Portarias da Diretoria-Geral	17	
Atas (Sessões Plenárias - Reuniões de Comissões - Audiências Públicas - Erratas)	335	
Diversos (Convocação - Termo - Corregedoria - Requerimento - ADI - Relatório CPI)	23	
Matérias relacionadas a finanças (Licitação - Contratos - Prestação de Contas)	357	
<b>Sessões Plenárias</b>	<b>Total</b>	<b>115</b>
Sessão Legislativa Ordinária		<b>101</b>
Sessão Legislativa Extraordinária		<b>12</b>
Sessão Preparatória		<b>2</b>
<b>Sessões Solenes</b>	<b>71</b>	
<b>Sessões Itinerantes</b>	<b>5</b>	
<b>Audiências Públicas</b>	<b>Total</b>	<b>60</b>
Ações de inovação da Polícia Científica do Paraná.	27/11/2024	
Dia Internacional pela eliminação da Violência Contra as Mulheres.	25/11/2024	
Ações Afirmativas para a População Negra: A Inserção da População Negra no Mercado de Trabalho.	22/11/2024	
Orçamento da Gente: Apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.	19/11/2024	
Análise do Projeto de Lei nº 662/2024, que dispõe sobre as normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná.	12/11/2024	
Projeto de Lei 661/2024, que trata da privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar).	11/11/2024	
Debates acerca da Lei Orgânica Nacional das Políticas Cívicas e seus reflexos na Polícia Civil do Paraná.	06/11/2024	
O uso de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes no Estado do Paraná.	06/11/2024	
Hospital Metropolitano de Sarandi.	31/10/2024	
Apresentação do Primeiro Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual (2024 - 2027).	21/10/2024	
Como a Legislação Estadual pode contribuir para diminuir o desperdício de alimentos para o combate à fome.	16/10/2024	
Abertura da Campanha "Outubro Rosa 2024"	15/10/2024	
Apresentação do Relatório Detalhado do 2º Quadrimestre de 2024 da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.	15/10/2024	
Prestação de Contas Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA - Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2024.	08/10/2024	
Resolução do Senado Federal que estabelece alíquota "Zero" para IPVA de veículos de duas rodas.	04/09/2024	
Tecnologia e Redes Sociais: danos e soluções frente ao uso excessivo entre as crianças e adolescentes.	22/08/2024	
Pacto Educativo Global: Educar para o Humanismo Solidário.	21/08/2024	



Lipedema - Entendendo a doença, seus sintomas e tratamentos.	20/08/2024
Porco Moura- Um patrimônio histórico, cultural e genético do Estado do Paraná.	06/08/2024
Juventude Rural do Estado do Paraná.	15/07/2024
Regulamentação do Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	09/07/2024
Recomposição Salarial dos Servidores, em defesa dos Serviços Públicos: Não à Privatização da Escola Pública.	09/07/2024
Autonomia com direitos: discussões relevantes sobre o PLP dos aplicativos.	03/07/2024
A Inovação em Consonância com a Cultura Geek.	28/06/2024
Combate ao Assédio nos Estádios.	20/06/2024
Projeto de Lei nº 900/2023, que trata da Política Estadual das Casas de Apoio no Paraná.	19/06/2024
Semana do Migrante - Migração e Casa Comum.	19/06/2024
Alusão ao dia 17 de maio - Dia Internacional de enfrentamento à LGBTIfobia.	17/06/2024
O Futuro do Transporte Coletivo de Curitiba: rumos e desafios.	12/06/2024
Apresentação do Relatório Detalhado do 1º Quadrimestre de 2024 da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.	11/06/2024
Análise do PL 466/2021, que dispõe sobre a criação, manejo, conservação e comercialização de animais da fauna nativa, exótica e doméstica.	29/05/2024
Prestação de Contas Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA - Cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2024.	28/05/2024
As vítimas por doença e acidente de trabalho.	23/05/2024
Enfrentamento dos fenômenos climáticos e prevenção de desastres ambientais em Curitiba.	22/05/2024
Transparência e Ética na Gestão Pública: Ainda há Esperança?	21/05/2024
PLP 12/2024 - Que trata da regulamentação da atividade de motorista de aplicativos no Brasil.	20/05/2024
Longevidade e Desafios para as Políticas Públicas.	16/05/2024
O Estado de Coisas Inconstitucional e a Violação Sistemática dos Direitos Humanos no Sistema Prisional.	14/05/2024
Presente, Passado e Futuro do Parque Nacional do Superagui.	10/05/2024
Para debater e instruir o "Plano Decenal do Esporte do Paraná 2026 -2036.	08/05/2024
Desafios e Soluções para o Setor Leiteiro no Paraná.	06/05/2024
Saúde Renal.	30/04/2024
Deriva dos Agrotóxicos no Estado do Paraná.	22/04/2024
Direito à Mobilidade: Pedágio no Município da Lapa.	16/04/2024
IFPR em Araucária - A importância da Educação Técnica em um Polo Industrial.	15/04/2024



Garantia de vida e território dos povos originários Xetá.	09/04/2024	
Mudanças Climáticas e os Impactos nos Sistemas de Saúde.	04/04/2024	
Ajuste no Plano de Carreira dos Agentes de Apoio.	02/04/2024	
Novas tecnologias de combate à dengue - TECPAR.	25/03/2024	
CONAE: Educação ou Doutrinação?	21/03/2024	
Economia do cuidado e impactos na vida das mulheres.	20/03/2024	
Para tratar sobre as frequentes interrupções do fornecimento de energia pela COPEL.	18/03/2024	
Dia Internacional da Mulher - Mulheres em destaque: Política, Comunicação, Negócios e Justiça.	12/03/2024	
Justiça Social: Combate à Violência contra Mulheres na Região Centro do Paraná.	08/03/2024	
Apresentação do Relatório Detalhado do 3º Quadrimestre de 2023 da Secretaria de Estado da Saúde - SESA.	05/03/2024	
Saúde Integral da População Trans e Travesti.	04/03/2024	
Rumo à Justiça Social no Campo: Reforma Agrária em Quedas do Iguaçu e Região.	29/02/2024	
Prestação de Contas Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA - Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2023.	27/02/2024	
Desafios para o Combate à Dengue no Paraná.	22/02/2024	
Sem duplicação, Pedágio Não!	20/02/2024	
<b>Reuniões</b>	<b>Total</b>	<b>186</b>
Reunião de Comissão.	178	
Reunião de Frente Parlamentar.	11	
Reunião do Bloco Temático / Bancada	5	
<b>LEIS SANCIONADAS / PROMULGADAS EM 2024</b>		
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e modifica a denominação do cargo de Auditor para Conselheiro Substituto.	Lei Complementar nº 264	
Altera a Lei Complementar nº 136, de 19 maio de 2011, a Lei nº 19.983, de 28 de outubro de 2019, e dá outras providências.	Lei Complementar nº 265	
Altera a Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria-Geral, a Lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, que cria o Fundo Especial da Procuradoria-Geral, e dá outras providências.	Lei Complementar nº 266	
Altera e acrescenta, na forma que especifica, dispositivos à Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 - Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Lei Complementar nº 267	
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria-Geral do Estado.	Lei Complementar nº 268	



Acresce o § 3º ao art. 1º da Lei Complementar nº 154, de 10 de janeiro de 2013, que institui o Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Paraná, para autorizar a transferência de recursos para entes federativos atingidos por calamidades públicas.	Lei Complementar nº 269
Altera a redação do parágrafo único do art. 4º, o caput do art. 6º e o art. 12, todos da Lei Complementar nº 234, de 8 de junho de 2021.	Lei Complementar nº 270
Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.	Lei Complementar nº 271
Determina a igualdade do valor de premiações a homens e mulheres em competições esportivas organizadas, patrocinadas ou apoiadas pelo Governo do Estado do Paraná, Autarquias, Agências Reguladoras, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações Públicas ou similares.	Lei nº 21.871
Altera o art. 1º da Lei nº 11.265, de 21 de dezembro de 1995, para corrigir as divisas entre os Municípios de Coronel Domingos Soares e Bituruna.	Lei nº 21.872
Altera a Lei nº 11.252, de 20 de dezembro de 1995, que cria o Município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranaguá.	Lei nº 21.873
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pequenos Produtores Rurais e Moradores e do Itaqui, com sede no Município de Guaraqueçaba.	Lei nº 21.874
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Abas Largas de Borrazópolis, com sede no Município de Borrazópolis.	Lei nº 21.875
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Ação Social do Nazareno, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.876
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Rimadores Contraste Social, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.877
Concede o Título de Capital do Pinhão ao Município de Inácio Martins.	Lei nº 21.878
Denomina Dr. Michel Leite Pereira da Silva a 3ª Subdivisão Policial de São Mateus do Sul.	Lei nº 21.879
Denomina Dr. Mario Marcondes Lobo Filho o pátio de triagem do Porto de Paranaguá, localizado na Avenida Senador Atilio Fontana, nº 2747/2949, Parque São João, no Município de Paranaguá.	Lei nº 21.880
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Santiago Pesca Esportiva, com sede no Município de Rio Bonito do Iguçu.	Lei nº 21.881
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí Turismo, com sede no Município de Apucarana.	Lei nº 21.882
Denomina Luiz Augusto Boroto o viaduto no KM 236 + 800m, da BR-163, no Município de Toledo.	Lei nº 21.883
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Alessandro Mori Nunes.	Lei nº 21.884
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Movimento Independente pelos Animais, com sede no Município de Piên.	Lei nº 21.885
Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Rural Comarca de Matelândia, com sede no Município de Matelândia.	Lei nº 21.886
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Joaquim Parron Maria - Padre Parron.	Lei nº 21.887



Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Integração Esportiva e Cultural, com sede no Município de São José dos Pinhais.	Lei nº 21.888
Dispõe sobre a Campanha Permanente de Combate, Conscientização e Prevenção à Síndrome de Esgotamento Profissional - Síndrome de Burnout, a ser realizada anualmente em 15 de outubro.	Lei nº 21.889
Institui a Campanha Permanente de Endometriose sem Trauma no Estado do Paraná.	Lei nº 21.890
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Kléberson Pereira.	Lei nº 21.891
Cria os Quadros de Oficiais e Praças do Corpo de Bombeiros Militares do Paraná.	Lei nº 21.892
Altera a Lei nº 19.776, de 18 de dezembro de 2018, que institui o teletrabalho no âmbito do Poder Executivo do Governo do Estado do Paraná.	Lei nº 21.893
Institui o Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná.	Lei nº 21.894
Assegura proteção de crianças e adolescentes a exposição/uso de telas digitais.	Lei nº 21.895
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Lord Riders Moto Clube - Rancho, com sede no Município de Cambira.	Lei nº 21.896
Concede o Título de Utilidade Pública à Rede Empresarial do Centro Histórico, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.897
Concede o Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Turístico da Região Oeste do Paraná, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 21.898
Institui a Campanha Estadual Permanente de Incentivo ao Cuidado da Saúde Mental dos Profissionais da Segurança Pública no Estado do Paraná.	Lei nº 21.899
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Amigos e Mulheres Solidárias, com sede no Município de Quatro Barras.	Lei nº 21.900
Institui a Rota de Turismo Rural Circuito do Sol, no Município de Nova Aurora.	Lei nº 21.901
Institui a Semana Estadual do Brincar e dispõe sobre o estímulo ao brincar na infância.	Lei nº 21.902
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ivo Pierin Júnior.	Lei nº 21.903
Institui a Campanha de Incentivo ao Empreendedor Rural no Estado do Paraná.	Lei nº 21.904
Institui o Dia de Conscientização sobre a Triagem Neonatal no Estado do Paraná.	Lei nº 21.905
Institui o Dia Estadual de Luta contra a Intolerância Política e de Promoção da Tolerância Democrática a ser celebrado anualmente em 9 de julho.	Lei nº 21.906
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Somar Mais Um, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.907
Institui a Semana Estadual de Conscientização da Síndrome de Prader-Willi a ser realizada na última semana do mês de maio.	Lei nº 21.908
Concede o Título de Utilidade Pública à Missão Renovar de Apoio e Restauração de Vidas, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.909
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Aeroparque Aldeia da Serra, com sede no Município de Palmeira.	Lei nº 21.910



Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pesca Esportiva Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu.	Lei nº 21.911
Concede o Título de Utilidade Pública à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.912
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação União Central Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu.	Lei nº 21.913
Denomina Biblioteca Professor Amani Spachinski de Oliveira, a Biblioteca do Colégio Estadual Cívico-Militar Marechal Rondon do Município de Campo Mourão.	Lei nº 21.914
Reconhece a Festa no Arraiá como manifestação da cultura paranaense.	Lei nº 21.915
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto SOS 4 Patas Paraná, com sede no Município de Campo Largo.	Lei nº 21.916
Concede o Título de Utilidade Pública ao Grêmio Cultural Ecológico Carnavalesco Enamorados do Samba, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.917
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Paranaense de Lutas, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.918
Concede o Título de Utilidade Pública à ONG Anjos Protetores, com sede no Município de Pato Branco.	Lei nº 21.919
Altera a Lei nº 13.400, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe que as instituições bancárias e outras especificadas, deverão providenciar medidas para efetivar, em tempo razoável, atendimento a seus usuários.	Lei nº 21.920
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Guarapuavana de Basquete Feminino, com sede no Município de Guarapuava.	Lei nº 21.921
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Ethnos Brasil, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.922
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Robert Thompson, com sede no Município de Umuarama.	Lei nº 21.923
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Vitivinicultores do Paraná, com sede no Município de Campo Largo.	Lei nº 21.924
Fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná, e dá outras providências.	Lei nº 21.925
Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.	Lei nº 21.926
Concede o Título de Capital Estadual do Maracujá ao Município de Morretes, e dá outras providências.	Lei nº 21.927
Institui no Estado do Paraná o Prêmio de Direitos Humanos Engenheira Enedina Alves Marques.	Lei nº 21.928
Altera a Lei nº 12.857, de 1º de fevereiro de 2000, que proíbe a prática do trote em alunos das instituições da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º Grau e de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.	Lei nº 21.929
Acresce dispositivos à Lei nº 19.421, de 6 de março de 2018, que institui a Rota Turística do Rio Iguaçu no Estado do Paraná.	Lei nº 21.930
Institui a meia-entrada para eleitores nomeados como mesários ou para prestar apoio logístico nas eleições gerais ou municipais, plebiscitos e referendos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e dá outras providências.	Lei nº 21.931



Altera a Lei nº 19.575, de 2 de julho de 2018, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Ajude Focinhos em Curitiba, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.932
Denomina Mitsuro Tomokuni o Contorno Norte do Município de Astorga.	Lei nº 21.933
Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Ano do Centenário da Imigração, Colonização e Desenvolvimento Britânico no Norte Paranaense, e dá outras providências.	Lei nº 21.934
Denomina Ademir Mulon a Rodovia PR-464 do km 0, marco inicial no trevo de Cruzeiro do Sul, até o km 50,340m onde termina a Rodovia PR-340, trevo para o Município de Itaguajé.	Lei nº 21.935
Denomina Rodovia Benelí Terezinha Bueno Kasmiroski a PR-804, que liga a BR-277 à PR-408 (entroncamento na localidade Passa Sete), no Município de Morretes.	Lei nº 21.936
Denomina José Carlos Schiavinato o trevo da PR-317 com a PR-218, no Município de Iguaraçu.	Lei nº 21.937
Altera a Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010, que dispõe sobre o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná.	Lei nº 21.938
Concede o Título de Utilidade Pública ao Projeto Social Semear, com sede no Município de Marialva.	Lei nº 21.939
Institui o Dia Estadual da Conscientização da Doença de Parkinson a ser realizado anualmente em 11 de abril.	Lei nº 21.940
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto de Desenvolvimento, Capacitação e Projetos Sociais, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.941
Concede o Título de Utilidade Pública ao Clube de Pesca Esportiva Marechal Rondon, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon.	Lei nº 21.942
Institui a Semana de Enfrentamento e Conscientização à DPOC, à Asma e ao Tabagismo a ser realizada na primeira semana do mês de agosto.	Lei nº 21.943
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto para o Desenvolvimento do Turismo e Projetos Estratégicos, com sede no Município de Foz do Iguaçu.	Lei nº 21.944
Institui o Dia da Comunidade Nordestina.	Lei nº 21.945
Institui o Dia Estadual do Acolhimento do Paciente Oncológico a ser realizado anualmente em 3 de março.	Lei nº 21.946
Concede o Título de Utilidade Pública à Fábrica Cascavelense de Cidadãos, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 21.947
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Brasileira em Defesa da Saúde, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.948
Concede o Título de Utilidade Pública ao Projeto de Inclusão Social C.E.E.L, com sede no Município de Rolândia.	Lei nº 21.949
Concede o Título de Utilidade Pública à Comunidade Servos do Imaculado Coração da Virgem Maria, com sede no Município de Araçongas.	Lei nº 21.950
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos do Judô Ricardo Santos, com sede no Município de Toledo.	Lei nº 21.951
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições Gaúchas “Coração do Paraná”, com sede no Município de Manoel Ribas.	Lei nº 21.952



Concede o Título de Utilidade Pública à Confederação Brasileira de Xadrez Escolar, com sede no Município de Matinhos.	Lei nº 21.953
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Parque Histórico de Arapoti, com sede no Município de Arapoti.	Lei nº 21.954
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antonio Cirino Ferro.	Lei nº 21.955
Institui o Dia Estadual de Conscientização e Prevenção do Infarto do Miocárdio a ser realizado em 29 de setembro.	Lei nº 21.956
Institui o Dia do Rolimã a ser comemorado anualmente em 1º de outubro.	Lei nº 21.957
Institui o Roteiro Turístico das Feiras Vintage no Estado do Paraná.	Lei nº 21.958
Altera a Lei nº 18.807, de 16 de junho de 2016, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana de Apoio aos Portadores da Doença de Alzheimer, compreendida na semana que contenha o dia 21 de setembro de cada ano.	Lei nº 21.959
Altera a Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Lei nº 21.960
Altera a Lei nº 18.877, de 27 de setembro de 2016, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, e adota outras providências.	Lei nº 21.961
Altera a Lei nº 18.292, de 4 de novembro de 2014, que dispõe sobre o estabelecimento de mecanismos para o incremento da cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Estado, das Autarquias e das Fundações Públicas e adoção de outras providências.	Lei nº 21.962
Institui o Programa Emprega Paraná: Construindo Oportunidades.	Lei nº 21.963
Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	Lei nº 21.964
Institui o Programa Nossa Infância Paraná.	Lei nº 21.965
Reconhece o Queijo Colonial do Sudoeste do Paraná como Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial do Estado do Paraná.	Lei nº 21.966
Concede o Título de Utilidade Pública à entidade Águia de Ouro Futebol Clube, com sede no Município Curitiba.	Lei nº 21.967
Institui a Semana Estadual do Influenciador Digital a ser celebrada anualmente na última semana de novembro.	Lei nº 21.968
Concede o Título de Utilidade Pública à Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 21.969
Concede o Título de Utilidade Pública ao Provopar - Ação Social Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu.	Lei nº 21.970
Institui a Semana Estadual de Conscientização contra a Psicofobia a ser realizada na última semana do mês de setembro, e dá outras providências.	Lei nº 21.971
Reconhece como Patrimônio Artístico do Paraná a letra e a música Nas Asas da Juriti, do Grupo Musical Gralha Azul.	Lei nº 21.972



Institui a campanha permanente de incentivo à realização do exame cariótipo em recém-nascidos com Síndrome de Down (T-21) no Estado do Paraná.	Lei nº 21.973
Aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado.	Lei nº 21.974
Altera a Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para dispor sobre a duração da licença à gestante em caso de feto natimorto.	Lei nº 21.975
Altera, na forma que especifica, a redação do inciso XI do art. 105, do caput e do § 2º do art. 131, todos da Lei nº 20.640, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.	Lei nº 21.976
Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Rural de Maringá, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 21.977
Aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado.	Lei nº 21.978
Aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado.	Lei nº 21.979
Altera a Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, que estabelece a Função Privativa-Policial na estrutura organizacional da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Científica do Estado do Paraná.	Lei nº 21.980
Institui a Rede Estadual de Ajuda Humanitária.	Lei nº 21.981
Altera a Lei nº 17.478, de 3 de janeiro de 2013, que obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais feitas em suas dependências, e dá outras providências.	Lei nº 21.982
Altera e acrescenta, na forma que especifica, dispositivos à Lei nº 20.640, de 12 de julho de 2021 - Regime Jurídico dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná - e dá outras providências.	Lei nº 21.983
Concede o Título de Capital do Brinquedo ao Município de Flórida.	Lei nº 21.984
Institui o Dia da Agricultura Irrigada a ser comemorado anualmente em 15 de junho.	Lei nº 21.985
Concede o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná à Senhora Berenice Piana de Piana.	Lei nº 21.986
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Pato Pescador - Pesca Esportiva, com sede no Município de Pato Branco.	Lei nº 21.987
Define deficiência auditiva, estabelece valor referencial da limitação auditiva e altera a Lei nº 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.	Lei nº 21.988
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção aos Animais, Amigos dos Bichos, com sede no Município de Flor da Serra do Sul.	Lei nº 21.989
Dispõe sobre a atenção e o cuidado integral às cardiopatias congênitas no Estado do Paraná.	Lei nº 21.990



Denomina Rodovia Aristides de Caires, a PR-536, no trecho que liga os Municípios de Prado Ferreira e Cambé.	Lei nº 21.991
Altera a Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo, a Lei nº 6.417, de 3 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar, e dá outras providências.	Lei nº 21.992
Autoriza a celebração de parcerias entre instituições públicas e privadas, em prol da qualidade do ensino.	Lei nº 21.993
Institui o Programa Estadual de Segurança Hídrica na Agricultura.	Lei nº 21.994
Cria a Medalha Bombeiro Militar.	Lei nº 21.995
Altera dispositivos da Lei nº 14.268, de 22 de dezembro de 2003, que institui indenização por morte ou invalidez de integrantes dos quadros da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado e das carreiras de Agente Penitenciário e de Agente de Execução.	Lei nº 21.996
Altera a Lei nº 20.091 de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a instituição dos preceitos e fundamentos dos Cuidados Paliativos no Paraná.	Lei nº 21.997
Institui o Dia Estadual da Economia Solidária a ser comemorado anualmente em 15 de dezembro.	Lei nº 21.998
Institui como Rota Turística o Caminho das Cachoeiras Centro-Sul/Sudeste.	Lei nº 21.999
Institui o Circuito Turístico das Feiras de Curitiba e estabelece sua inserção no Roteiro Turístico do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Lei nº 22.000
Institui a Semana Estadual da Conscientização da Epidermólise Bolhosa a ser realizada anualmente de 25 a 31 de outubro.	Lei nº 22.001
Reconhece a Festa da Uva de Mariópolis e o prato típico Ovelha Enfarinhada como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná.	Lei nº 22.002
Institui, no Estado do Paraná, o Dia de São João Paulo II a ser celebrado anualmente em 22 de outubro.	Lei nº 22.003
Altera a Lei nº 17.115, de 17 de abril de 2012, que obriga açougues e supermercados a fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores.	Lei nº 22.004
Institui a Semana Estadual do Artesanato no Paraná a ser realizada anualmente na terceira semana de março.	Lei nº 22.005
Institui o Programa Parceiro da Escola.	Lei nº 22.006
Altera a Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.	Lei nº 22.007
Aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado.	Lei nº 22.008
Altera a Lei nº 18.135, de 3 de julho de 2014, que consolida as normas referentes ao Quadro Próprio de Servidores do Poder Legislativo, e dá outras providências.	Lei nº 22.009
Altera a Lei nº 21.024, de 2 de maio de 2022, que dispõe sobre a doação de milhas e outros benefícios provenientes de passagens aéreas para todos os atletas e paratletas do Estado do Paraná e dá outras providências.	Lei nº 22.010



Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto PróRestinga, com sede no Município de Pontal do Paraná.	Lei nº 22.011
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Programa Oeste em Desenvolvimento, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 22.012
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Handebol de Mariluz, com sede no Município de Mariluz.	Lei nº 22.013
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Esportiva e Recreativa Seletto, com sede no Município de Paranaguá.	Lei nº 22.014
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APFM do Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, com sede no Município de Jesuítas.	Lei nº 22.015
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro Terapêutico Hadash, com sede no Município de Bocaiúva do Sul.	Lei nº 22.016
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Assistência Social Esperança, com sede no Município de Paranaguá.	Lei nº 22.017
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Amigos da Maria Fernanda, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 22.018
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Esportiva Independente de Mountain Bike de Manoel Ribas - PR, com sede no Município de Manoel Ribas.	Lei nº 22.019
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Defesa dos Animais de São João - SOS Animais, com sede no Município de São João.	Lei nº 22.020
Altera dispositivos da Lei nº 15.211, de 17 de julho de 2006, que institui o PARANACIDADE.	Lei nº 22.021
Altera a Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.	Lei nº 22.022
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Nadar Colombo, com sede no Município de Colombo.	Lei nº 22.023
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Zoe, com sede no Município de Laranjeiras do Sul.	Lei nº 22.024
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação do Memorial do Basquetebol de Ponta Grossa.	Lei nº 22.025
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Arte e Cultura de Londrina.	Lei nº 22.026
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Focinhos Carentes Paranaguá, com sede no Município de Paranaguá.	Lei nº 22.027
Concede o Título de Utilidade Pública ao Lar São Lourenço, com sede no Município de São João do Ivaí.	Lei nº 22.028
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Agricultores e Produtores Unidos da Barra Bonita, com sede no Município de Prudentópolis.	Lei nº 22.029
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Andiraense de Judô, com sede no Município de Andirá.	Lei nº 22.030



Altera a Lei nº 13.252, de 3 de agosto de 2011, que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública da Associação Esportiva dos Criadores de Curió do Paraná, com sede nesta Capital.	Lei nº 22.031
Altera dispositivo da Lei nº 20.743, de 5 de outubro de 2021, que instituiu o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.	Lei nº 22.032
Disciplina o Quadro de Pessoal Comissionado do Poder Legislativo, consolida as normas para a investidura nos cargos próprios, estabelece suas atribuições, responsabilidades e denominação, fixa a respectiva remuneração e cria o Conselho Gestor de Governança e de Pessoal.	Lei nº 22.033
Transforma um cargo em comissão do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná em uma gratificação de função, e altera as Leis nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, nº 21.485, de 23 de maio de 2023, e a nº 21.486, de 23 de maio de 2023.	Lei nº 22.034
Determina a divulgação de informações de Pessoas Não Identificadas Civilmente nas unidades de saúde do Estado.	Lei nº 22.035
Institui o Junho Roxo, mês dedicado à conscientização e à prevenção do Lipedema.	Lei nº 22.036
Institui o Dia Estadual dos Legendários do Paraná, objetivando a valorização e conscientização do movimento e de seus membros na promoção da superação, do autoconhecimento e da transformação de pessoas através da fé.	Lei nº 22.037
Altera a Lei nº 17.590, de 12 de junho de 2013, que promoveu alterações na Lei nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, e adotou outras providências.	Lei nº 22.038
Concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Marina Menegotto Nessi.	Lei nº 22.039
Denomina Padre Joseir Sversutti a Escola do Centro Estadual de Educação Profissional de Maringá, localizada no Jardim Olímpico, no Município de Maringá.	Lei nº 22.040
Insera no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Feira Internacional da Mandioca, realizada anualmente na segunda quinzena do mês de novembro, no Município de Paranavaí.	Lei nº 22.041
Institui o Circuito de Cicloturismo da Região Metropolitana de Campo Mourão no Estado do Paraná.	Lei nº 22.042
Institui a Semana Estadual de Prevenção Contra a Violência e Promoção de Segurança nas Escolas no Estado do Paraná, e adota outras providências.	Lei nº 22.043
Altera a Lei nº 20.276, de 29 de julho de 2020, que proíbe as instituições financeiras de ofertar e celebrar contrato de empréstimo de qualquer natureza, com aposentados e pensionistas, por ligação telefônica, no âmbito do Estado do Paraná.	Lei nº 22.044
Altera a Lei nº 20.023, de 29 de novembro de 2019, que institui o Dia Estadual de Combate ao Sedentarismo, realizado anualmente em 10 de março.	Lei nº 22.045



Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor João Casillo.	Lei nº 22.046
Denomina Dalvo Covino o viaduto localizado no KM 40,2 da BR-487, no Município de Icaraíma.	Lei nº 22.047
Denomina Pedro Manzoni Filho o viaduto localizado no KM 32,6 da BR-487, no Município de Icaraíma.	Lei nº 22.048
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pesca Esportiva Tucuna Solidário, com sede no Município de Londrina.	Lei nº 22.049
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual Elvira Balani dos Santos Ensino Fundamental, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 22.050
Denomina Geraldino Soares de Magalhães o viaduto localizado no KM 30,0 da BR-487, no Município de Icaraíma.	Lei nº 22.051
Denomina Hissao Horie o viaduto localizado no KM 23,0 da BR-487, no Município de Icaraíma.	Lei nº 22.052
Concede o Título de Utilidade Pública ao Coral Melodia, com sede no Município de São José dos Pinhais.	Lei nº 22.053
Denomina Ari de Lima Nogueira o viaduto localizado no KM 20,8 da BR-487, no Município de Icaraíma.	Lei nº 22.054
Denomina Heitor Guilherme Genowei Júnior o viaduto localizado no KM 9,4 da BR-487, no Município de Icaraíma.	Lei nº 22.055
Institui o Fundo Estadual em Infraestrutura Inteligente, e dá outras providências.	Lei nº 22.056
Concede o Título de Utilidade Pública à Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, com sede no Município de Ponta Grossa.	Lei nº 22.057
Acrescenta o § 6º ao art. 1º da Lei nº 18.519, de 23 de julho de 2015, que institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil.	Lei nº 22.058
Concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Maria Iraclézia de Araújo.	Lei nº 22.059
Institui a Semana Estadual da Qualidade do Ar Interior a ser realizada anualmente na semana que integra o dia 14 de agosto, Dia Interamericano da Qualidade do Ar.	Lei nº 22.060
Institui a Semana do Rio Ribeira do Iguape a ser realizada anualmente de 6 a 12 de outubro.	Lei nº 22.061
Insera no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Semana da Avenida Duque de Caxias realizada anualmente na terceira semana do mês de julho, e o Dia da Avenida Duque de Caxias - Dia D realizado anualmente no terceiro sábado do mês de julho, ambos no Município de Londrina.	Lei nº 22.062
Altera a Lei nº 17.335, de 10 de outubro de 2012, que instituiu o Programa de Combate ao Bullying.	Lei nº 22.063
Altera a Lei nº 17.244, de 17 de julho de 2012, que institui o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas.	Lei nº 22.064
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2025.	Lei nº 22.065



Altera a Lei nº 18.624, de 20 de novembro de 2015, que institui o mês Maio Amarelo, dedicado às ações preventivas de conscientização para a redução de acidentes de trânsito.	Lei nº 22.066
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Desportiva e Cultural Lapeana, com sede no Município da Lapa.	Lei nº 22.067
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Padre Jurandir Coronado Aguilar.	Lei nº 22.068
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos do Autista de Piên, com sede no Município de Piên.	Lei nº 22.069
Concede o Título de Utilidade Pública à Casa Missionária, com sede no Município de Paranaguá.	Lei nº 22.070
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Assistencial Educacional Peniel, com sede no Município de Piraquara.	Lei nº 22.071
Concede o Título de Utilidade Pública ao Grupo Escoteiro ECO 189 - PR, com sede no Município de Campo Largo.	Lei nº 22.072
Concede o Título de Utilidade Pública à Agência do Desenvolvimento Cultural e do Turismo Sustentável do Noroeste do Paraná, com sede no Município de Umuarama.	Lei nº 22.073
Concede o Título de Utilidade Pública à ONG Vougan (Pequeno Guerreiro), com sede no Município de Ponta Grossa.	Lei nº 22.074
Acrescenta o art. 261A à Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.	Lei nº 22.075
Institui a Carteira Estadual de Identificação da Pessoa com Epilepsia e dá outras providências.	Lei nº 22.076
Concede o Título de Utilidade Pública ao Clube Desportivo Paranaense, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 22.077
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Polono-Brasileira Padre Daniel Niemiec, com sede no Município de Cruz Machado.	Lei nº 22.078
Altera a Lei nº 19.430, de 15 de março de 2018, que institui o mês Janeiro Branco, a ser dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental.	Lei nº 22.079
Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 19.983, de 28 de outubro de 2019, que institui o Regime de Compensação de Horas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná.	Lei nº 22.080
Institui o Programa de Residência Técnica no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná.	Lei nº 22.081
Autoriza a Defensoria Pública do Estado do Paraná a transferir recursos para o custeio de despesas do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais.	Lei nº 22.082
Institui a campanha permanente Ração Pet para Cães Policiais no Estado do Paraná.	Lei nº 22.083
Dispõe sobre a divulgação de alerta sobre injúria racial em eventos públicos conforme específica.	Lei nº 22.084
Reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos e das funções dos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.	Lei nº 22.085



Dispõe, conforme especifica, sobre os vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Lei nº 22.086
Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão e das gratificações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao inciso X do art. 37 da Constituição Federal.	Lei nº 22.087
Dispõe sobre as condições de trabalho das policiais científicas e penais, quando gestantes e lactantes.	Lei nº 22.088
Concede a revisão geral às remunerações, proventos e pensões dos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como aos inativos e pensionistas.	Lei nº 22.089
Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Rural de Astorga, com sede no Município de Astorga.	Lei nº 22.090
Concede o Título de Utilidade Pública ao Futebol Clube Cascavel, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 22.091
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Vita C Run, com sede no Município de Paranaíba.	Lei nº 22.092
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Redirect, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 22.093
Insera no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná o Brasa Festival.	Lei nº 22.094
Concede o Título de Utilidade Pública à Aprisco Pássaros da Paz de Arapongas, com sede no Município de Arapongas.	Lei nº 22.095
Concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade Esportiva Recreativa Atletas de Ouro, com sede no Município de Ubatuba.	Lei nº 22.096
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Esportiva de Astorga, com sede no Município de Astorga.	Lei nº 22.097
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Amigos do Autista de Campo Mourão, com sede no Município de Campo Mourão.	Lei nº 22.098
Altera a Lei nº 16.582, de 29 de setembro de 2010, que declara de utilidade pública o Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam - obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, de Campo Mourão, com sede no Município de Campo Mourão.	Lei nº 22.099
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Rural do Oeste do Paraná, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 22.100
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Paranaense das Microcervejarias, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 22.101
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Sol - Doando Amor, com sede no Município de Ponta Grossa.	Lei nº 22.102
Concede o Título de Utilidade Pública à Federação do Terceiro Setor do Estado do Paraná, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 22.103
Concede o Título de Utilidade Pública à Puxa Sargo Clube de Pesca, com sede no Município de Matinhos.	Lei nº 22.104
Aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado.	Lei nº 22.105
Altera a Lei nº 17.425, de 18 de dezembro de 2012, que cria o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná.	Lei nº 22.106



Altera a Lei nº 21.354, de 1º de janeiro de 2023, que regulamenta o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do art. 205 da Constituição Estadual, e dá outras providências.	Lei nº 22.107
Altera dispositivos das Leis nº 20.945, de 20 de dezembro de 2021, que institui o serviço público de loteria no Estado do Paraná, e nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual.	Lei nº 22.108
Altera a Lei nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2024.	Lei nº 22.109
Insera no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Salão de Artes em Vidro Brasil.	Lei nº 22.110
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Hudson Leôncio Teixeira.	Lei nº 22.111
Denomina Capitão Leprevost o trevo da PR-427 que liga o Município da Lapa à BR-476.	Lei nº 22.112
Altera o § 4º do art. 208 da Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.	Lei nº 22.113
Denomina Elvio Franchetti o viaduto da Rodovia BR376, trevo com a Rodovia PR-218, no Município de Nova Esperança.	Lei nº 22.114
Institui a Semana Estadual das Juventudes a ser realizada anualmente na semana do dia 12 de agosto.	Lei nº 22.115
Institui o Dia Estadual do Produtor de Leite a ser comemorado anualmente em 12 de julho.	Lei nº 22.116
Institui o Dia Estadual do Desportista de Paintball a ser realizado anualmente em 21 de julho.	Lei nº 22.117
Concede Título de Utilidade Pública à Associação Cultural de Capoeira Maculelê de Cornélio Procópio, com sede no Município de Cornélio Procópio.	Lei nº 22.118
Concede o Título de Utilidade Pública à SEMEAR - Associação de Terapia e Harmonia Canábica, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 22.119
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro Universitário de Maringá, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 22.120
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Novas Possibilidades A. G., com sede no Município de Maringá.	Lei nº 22.121
Concede o Título de Utilidade Pública ao Grupo Escoteiro Aldeia Verde 186-PR Marista Cascavel, com sede no Município de Cascavel.	Lei nº 22.122
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Casa de Repouso Jardim Alegre, com sede no Município de Rio Branco do Sul.	Lei nº 22.123
Concede o Título de Utilidade Pública à Missão Resgatando Vidas, com sede no Município de Marialva.	Lei nº 22.124
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Manoel Lacerda Cardoso Vieira, com sede no Município de Goioxim.	Lei nº 22.125



Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto União Colônia Dona Luiza, com sede no Município de Ponta Grossa.	Lei nº 22.126
Concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Flora Madalosso Bertolli.	Lei nº 22.127
Institui o Dia da Traktorfest de Entre Rios a ser comemorado anualmente no último dia do mês de julho.	Lei nº 22.128
Autoriza a desestatização da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. e dá outras providências.	Lei nº 22.129
Dispõe sobre a criação da Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná.	Lei nº 22.130
Denomina Deputado Moacir Micheletto os trechos da Rodovia PR-239, que especifica.	Lei nº 22.131
Institui o Dia Estadual da Torcida Os Fanáticos a ser celebrado anualmente em 24 de outubro.	Lei nº 22.132
Institui o Dia da Prática Esportiva nas instituições de Ensino do Estado do Paraná.	Lei nº 22.133
Concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Laila de Laguiche.	Lei nº 22.134
Autoriza o recebimento de patrocínio no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional.	Lei nº 22.135
Altera dispositivos da Lei nº 14.431, de 16 de junho de 2004, que institui o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná.	Lei nº 22.136
Concede o Título de Capital Paranaense da Mandioca para fins industriais ao Município de Paranaíba.	Lei nº 22.137
Altera os arts. 36 e 46 da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.	Lei nº 22.138
Transforma dois cargos de Juiz de Direito da 1ª Seção Judiciária de Curitiba em dois cargos de Juiz de Direito Substituto, e altera a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias.	Lei nº 22.139
Altera a Lei nº 18.138, de 4 de julho de 2014, que autoriza o Procurador-Geral de Justiça a conceder a gratificação instituída pela Lei nº 17.172, de 24 de maio de 2012, aos policiais civis e militares que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado e a segurança institucional do Ministério Público, e dá outras providências.	Lei nº 22.140
Insera no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Boi no Rolete de Itapejara d'Oeste.	Lei nº 22.141
Altera a Lei nº 21.935, de 22 de abril de 2024, que denomina Ademir Mulon a Rodovia PR-464 do km 0, marco inicial no trevo de Cruzeiro do Sul, até o km 50,340m onde termina a Rodovia PR-340, trevo para o Município de Itaguajé.	Lei nº 22.142
Insera no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Prêmio de Educação para Paz no Trânsito do Paraná.	Lei nº 22.143



Estabelece como direito do proprietário ou condutor de veículo automotor, no momento da abordagem, a regularização da taxa de licenciamento e de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.	Lei nº 22.144
Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a ação beneficente Feijão da Fundação Francisco Bertoncello.	Lei nº 22.145
Estabelece normas para a contenção de enchentes e destinação de águas pluviais.	Lei nº 22.146
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Tropeiros Raízes do Sul, com sede no Município de Itapejara d'Oeste.	Lei nº 22.147
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Projeto Estrela Mãe, com sede no Município de Paiçandu.	Lei nº 22.148
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Observatório Criativo, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 22.149
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Terapêutica Paradesportiva Equocavalaria, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 22.150
Concede o Título de Utilidade Pública à LHPR/Paraná Handebol, com sede no Município de Toledo.	Lei nº 22.151
Concede o Título de Utilidade Pública à Casa Padre Eduardo de Terra Rica Obra Unida da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede no Município de Terra Rica.	Lei nº 22.152
Concede o Título de Utilidade Pública ao Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Filhos da Capela, com sede no Município de Antonina.	Lei nº 22.153
Concede o Título de Utilidade Pública à CONCHA - Associação dos Amigos e Moradores do Centro Histórico de Londrina, com sede no Município de Londrina.	Lei nº 22.154
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Azuriz Pato Branco, com sede no Município de Pato Branco.	Lei nº 22.155
Concede o Título de Utilidade Pública à Ação Social Irmandade Sem Fronteiras, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 22.156
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto SPES, com sede no Município de Almirante Tamandaré.	Lei nº 22.157
Altera o art. 21 da Lei nº 6.149, de 9 de setembro de 1970, que dispõe sobre o Regime de Custas dos atos judiciais, e dá outras providências.	Lei nº 22.158
Institui o Programa Fortalece Paraná.	Lei nº 22.159
Institui o Programa de Atenção às Pessoas em Situação de Uso Prejudicial de Álcool e Outras Drogas.	Lei nº 22.160
Institui o Sistema Estadual de Aviação e dá outras providências.	Lei nº 22.161
Dispõe sobre a concessão de gratuidade e de desconto para pessoas idosas nos serviços de transporte coletivo público rodoviário intermunicipal convencional, e dá outras providências.	Lei nº 22.162



Altera as Leis nº 20.740, de 5 de outubro de 2021, que dispõe sobre as normas pertinentes aos descontos e consignação em folhas de pagamento de servidores civis e militares, ativos e inativos, assim como de pensionistas de geradores de pensão do Estado do Paraná, nº 20.777, de 16 de novembro de 2021, que institui o Regime de Previdência Complementar, e nº 21.327, de 20 de dezembro de 2022, que institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná.	Lei nº 22.163
Institui o Dia da Tradição Gaúcha no Estado do Paraná a ser comemorado anualmente em 7 de março.	Lei nº 22.164
Concede o Título de Capital dos Gaiteiros ao Município de Pinhão.	Lei nº 22.165
Altera a Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.	Lei nº 22.166
Institui o Dia das Comunidades Terapêuticas a ser comemorado anualmente em 18 de agosto.	Lei nº 22.167
Acresce a Seção XII ao Capítulo VI - Da Campanha Depiladora Amiga, e a Seção XXXIII ao Capítulo VII - Do Dia Estadual da Depiladora, ambos constantes na Lei nº 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.	Lei nº 22.168
Institui a campanha permanente de proteção dos direitos da pessoa com fibromialgia.	Lei nº 22.169
Institui a Semana Estadual da Economia Criativa a ser realizada anualmente na semana que integra o dia 21 de abril, inserindo-a no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.	Lei nº 22.170
Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Bonacin Filho.	Lei nº 22.171
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Trabalhadores Rurais dos Assentados na Fazenda Itambé, com sede no Município de Jundiá do Sul.	Lei nº 22.172
Altera a Lei nº 18.499, de 3 de julho de 2015, concessão de Título de Utilidade Pública ao Lar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santana do Itararé e foro no Município de Wenceslau Braz.	Lei nº 22.173
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Download, com sede no Município de Apucarana.	Lei nº 22.174
Institui o Dia da Imigração Coreana a ser comemorado anualmente em 12 de fevereiro.	Lei nº 22.175
Inserir no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná o Dia do Calçadão, comemorado anualmente no terceiro sábado do mês de agosto, no Município de Londrina.	Lei nº 22.176
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Reabilitação e Formação de Líderes Jeová Rapha, com sede no Município de Quatro Barras.	Lei nº 22.177



Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Projeto Taquari, com sede no Município de Campina Grande do Sul.	Lei nº 22.178
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Metodista de Assistência Social de Cornélio Procópio, com sede no Município de Cornélio Procópio.	Lei nº 22.179
Denomina Dr. Gustavo Dante da Silva a 17ª Subdivisão Policial de Apucarana.	Lei nº 22.180
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Passantes e Pensantes, com sede no Município de Maringá.	Lei nº 22.181
Concede o Título de Utilidade Pública ao Grupo de Radioamadores Voluntários da Defesa Civil de Londrina, com sede no Município de Londrina.	Lei nº 22.182
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Cadeirantes e Portadores de Necessidades Especiais de Capitão Leônidas Marques/PR, com sede no Município de Capitão Leônidas Marques.	Lei nº 22.183
Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Treinamento e Recreação Shackugan, com sede no Município de Piraquara.	Lei nº 22.184
Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Rema Londrina, com sede no Município de Londrina.	Lei nº 22.185
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Sustentaris, com sede no Município de Curitiba.	Lei nº 22.186
Dispõe sobre a reestruturação da carreira militar estadual, altera as leis que especifica, e dá outras providências.	Lei nº 22.187
Autoriza a desestatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, institui o Conselho Estadual de Governança Digital e Segurança da Informação, e dá outras providências.	Lei nº 22.188
Institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.	Lei nº 22.189
Altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Lei nº 22.190
Cria o Programa Regulariza Paraná.	Lei nº 22.191
Altera dispositivos das Leis nº 21.311, de 16 de dezembro de 2022, que cria o Conselho de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, e nº 21.353, de 1º de janeiro de 2023, que cria a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná.	Lei nº 22.192
Cria a Semana Estadual dos Porcos Crioulos a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de maio.	Lei nº 22.193
Inclui no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná a Feira de Exposição de Astorga, denominada ExpoAstorga.	Lei nº 22.194
Institui o Dia Estadual da Cultura Libanesa, objetivando a valorização dos imigrantes libaneses e das múltiplas expressões culturais do Líbano no âmbito territorial do Estado do Paraná.	Lei nº 22.195
Denomina Helmuth Priesnitz o Colégio Agrícola Estadual do Município de Toledo - Centro de Estudos e Desenvolvimento Agropecuário.	Lei nº 22.196



Reconhece a Raça Crioula de Porcos Moura, criados em sistema tradicional ao ar livre, como Patrimônio Histórico, Cultural e Genético do Estado do Paraná.	Lei nº 22.197
Concede o Título de Capital do Arrancadão de Tratores ao Município de Maripá.	Lei nº 22.198
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Izabelense de Handebol, com sede no Município de Santa Izabel do Oeste.	Lei nº 22.199
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Instituto Águias, com sede no Município de Colombo.	Lei nº 22.200
Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Mãe do Céu, com sede no Município de Araongas.	Lei nº 22.201
Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia do Teatro Grupo Mãe do Céu, realizado anualmente no Domingo de Ramos, no Município de Araongas.	Lei nº 22.202
Institui o mês de agosto como o Mês da Primeira Infância e integra o Paraná nas ações da Lei Federal nº 14.617, de 10 de julho de 2023.	Lei nº 22.203
Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Frederico Mendes Junior.	Lei nº 22.204
Reconhece a Gengibirra como Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial do Estado do Paraná.	Lei nº 22.205
Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.	Lei nº 22.206
<b>DECRETOS LEGISLATIVOS 2024</b>	
Homologa os Decretos do Poder Executivo nºs 4.445, 4.446 e 4.711, que alteram o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Decreto Legislativo nº 1
Homologa o Decreto do Poder Executivo nº 4.874, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Decreto Legislativo nº 2
Homologa os Decretos do Poder Executivo nº 5.317, nº 5.318 e nº 5.319, que alteram o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Decreto Legislativo nº 3
Autoriza o Governador a se ausentar do país no período de 26 de junho a 16 de julho de 2024.	Decreto Legislativo nº 4
Homologa o Decreto do Poder Executivo nº 6.047, que internaliza no Regulamento do ICMS o Convênio ICMS 199/2023, que altera a tabela de que trata o caput do item 22 do Anexo VI, referente à redução de base de cálculo do imposto nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas.	Decreto Legislativo nº 5



Homologa o Decreto do Poder Executivo nº 6.354, que prorroga o prazo de pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, considerando as externalidades climáticas ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto Legislativo nº 6
Homologa os Decretos do Poder Executivo nº 6.829, nº 6.830, nº 6.831 e nº 6.832, que alteram o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Decreto Legislativo nº 7
Homologa os Decretos do Poder Executivo nº 7.073 e nº 7.074, que alteram o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Decreto Legislativo nº 8
Homologa os Decretos do Poder Executivo nº 7.138 e nº 7.139, que alteram o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Decreto Legislativo nº 9
Homologa o Decreto do Poder Executivo nº 7.450, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	Decreto Legislativo nº 10
<b>RESOLUÇÕES 2024</b>	
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de Maio de 2022.	Resolução nº 1
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de Junho de 2022.	Resolução nº 2
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de Julho de 2022.	Resolução nº 3
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de Agosto de 2022.	Resolução nº 4
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de Setembro de 2022.	Resolução nº 5
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de Outubro de 2022.	Resolução nº 6
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de Novembro de 2022.	Resolução nº 7
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de Dezembro de 2022.	Resolução nº 8
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de janeiro de 2023.	Resolução nº 9
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de fevereiro de 2023.	Resolução nº 10
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de março de 2023.	Resolução nº 11



Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de abril de 2023.	Resolução nº 12
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de maio de 2023.	Resolução nº 13
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de junho de 2023.	Resolução nº 14
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de julho de 2023.	Resolução nº 15
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de agosto de 2023.	Resolução nº 16
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de setembro de 2023.	Resolução nº 17
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de outubro de 2023.	Resolução nº 18
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de novembro de 2023.	Resolução nº 19
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de dezembro de 2023.	Resolução nº 20
Aprova a Prestação de Contas Anual, relativa ao exercício financeiro de 2022, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.	Resolução nº 21
Aprova a Prestação de Contas Anual do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 2022, do Fundo Especial do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.	Resolução nº 22
Aprova a Prestação de Contas Anual do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 2023.	Resolução nº 23
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de janeiro de 2024.	Resolução nº 24
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de fevereiro de 2024.	Resolução nº 25
Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de março de 2024.	Resolução nº 26
Altera o Anexo Único da Resolução nº 11, de 23 de agosto de 2016, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e dá outras providências.	Resolução nº 27
<b>Atualizado às 9h51min de 2 de dezembro de 2024.</b>	